

Dívida Pública

Dívida Interna Proposta de alongamento defendida por **Ciro Gomes** é vista com cautela. **FHC** ironiza críticas

Ciro abrandou discurso, diz mercado

Angela Bittencourt
De São Paulo

A defesa feita pelo candidato do PPS à Presidência, **Ciro Gomes**, de alongamento negociado da dívida interna é interpretada pelo mercado financeiro como um discurso abrandado da proposta de moratória. Mas, apesar desse reconhecimento, o mercado resiste à discussão do tema, classificado como delicado e extremamente polêmico.

Profissionais consultados pelo **Valor** consideram saída mais cômoda — e certamente incerta a dois anos das eleições presidenciais — a possibilidade do presidente **Fernando Henrique Cardoso** indicar **Tasso Jereissati** como seu sucessor, livrando-se de dois problemas: ceder o posto à oposição e evitar que se instale um clima de desconfiança sobre a rolagem de uma dívida que corresponde a cerca de 40% do PIB.

Respeitado banqueiro brasileiro, que prefere o anonimato, insiste que nada impede que **Ciro** seja um bom senador ou tampouco um bom ministro, porque a possibilidade de que ele alcance a Presidência assusta, sobretudo, a comunidade financeira internacional.

Roberto Setúbal, presidente do Banco Itaú e da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), disse ao **Valor** que já manifestou pessoalmente a **Ciro** a delicadeza do tema dívida pública e acrescenta: "Sou também sensível ao peso do serviço da dívida do Tesouro nas contas públicas, mas divergimos na solução do problema. Acredito firmemente que a continuidade da disciplina fiscal combinada com o crescimento econômico trarão a confiança necessária para o natural alongamento da dívida e a redução de seu custo".

Para **Setúbal**, qualquer solução que não seja a de mercado viria a interferir nos recursos de milhões de pessoas que hoje, direta ou indiretamente, financiam a dívida pública. "Temo que este encaminhamento tenha o efeito inverso ao esperado, ou seja, o aumento nas taxas de juros e a redução na poupança interna", explica.

O presidente da Febraban considera que depois de anos de sacrifícios para equacionar problemas herdados do passado, o Brasil está entrando numa nova fase de crescimento sustentado da produção e do emprego. "Neste momento, um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a expansão será o aumento da poupança interna e externa, o que será conseguido com o contínuo fortalecimento da confiança dos investidores — internos e externos", diz.

Alcides Amaral, presidente do Citibank no Brasil, tem uma visão bastante objetiva da discussão sobre o alongamento da dívida interna e frisa que esta discussão não é política, mas técnica. "O alongamento de prazo depende mais do Banco Central do que do mercado, porque é o BC que estabelece a taxa de juro. Hoje, a dívida já está sendo alongada, mas desde que indexada ao juro básico. E a dificuldade em alongar dívida com juro prefixado é justificada pela falta de perspectiva. Se o mercado não vislumbrar um cenário macroeconômico mais favorável no longo prazo, dificilmente aceitará papéis com indexadores que podem implicar prejuízos futuros".

Amaral sustenta que ninguém está fugindo do risco do papel público e sim evitando contrair perdas ainda não mensuráveis: "Espaço para alongar a dívida interna existe. A questão é o indexador da remuneração dessa dívida".

Quanto à comparação que **Ciro** faz à negociação promovida pelo ministro da Fazenda, **Pedro Malan**, **Alcides Amaral** e o economista-chefe do Lloyds TBS, **Odair Abate**, concordam num ponto: quando **Malan** renegociou a dívida externa brasileira, o país estava, sim, em moratória.

O presidente **Fernando Henrique Cardoso** — em visita à Holanda — não quis responder às críticas que **Ciro** fez a ele, na edição de ontem do **Valor**. "Como o senhor reage?" perguntou um repórter. "Eu rio", respondeu, rindo. (Colaborou **Maria Luiza Abbot**, de Amsterdã)